



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO XII

MINUTA

TERMO DE COLABORAÇÃO ____/SEMEL/2018

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, doravante denominado **MUNICÍPIO**, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ / MF sob o nº 23.636.579/0001-00, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, centro, São Gonçalo/RJ, neste ato representado pelo **Exmo. Sr. José Luiz Nanci**, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de identidade nº 05.225.296-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF / MF sob o nº 481.591.907-00, e a **INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO**, doravante denominada _____, entidade fundada em ____ de _____ de _____, com sede na _____, e foro na Cidade de _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada, neste ato, pelo Presidente, _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (ocupação), portadora da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____/UF, inscrita no CPF/MF sob nº _____, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** nos termos do processo administrativo nº 25.799/2018, observada as disposições na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Colaboração a responsabilidade com a contratação de pessoal que atenderá a implantação de 07 (sete) núcleos do Programa Vida Saudável, onde serão contratados 01 (um) Coordenador Geral, 01 (um) Coordenador Pedagógico, 07 (sete) Coordenadores de núcleo e 21 (vinte e um) Agentes sociais (03 (três) por núcleo), por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Este instrumento será regido pela Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

Este Termo de Colaboração se justifica, para realizar a contratação de pessoal para atender os núcleos do Programa Vida Saudável, conforme Convênio nº. 818196/2018, celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, e com base no Acórdão nº. 2588/2017 – TCU – Plenário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o estabelecido no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

O Município obriga-se a:

a) Transferir os recursos financeiros para a execução deste Termo de Colaboração, na forma do cronograma de desembolso aprovado, constante no Edital, bem como a Lei n. 13.019/2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204/2015, observada a disponibilidade financeira do Município e as normas legais pertinentes;

- b) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários, conforme o Edital e seus anexos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições;
- c) Acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução deste Termo de Colaboração, diretamente ou através de sua gestão;
- d) Dar ciência da assinatura deste instrumento à Câmara Municipal;
- e) Analisar os Relatórios de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas objeto do presente Termo de Colaboração;
- f) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
- g) Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho aprovado, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança de objeto;
- h) Prorrogar a vigência do Termo de Colaboração antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a Instituição/Organização não esteja inadimplente com a prestação de contas ao Município;
- i) Exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização, inclusive por meio de visitas in loco, sobre a execução do presente Termo de Colaboração, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, a cargo da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- j) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- k) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, de acordo com o art. 59, parágrafo único, da Lei n. 13.019/2014, que deverá ser submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas devida pelo Instituição/Organização.
- l) Dar conhecimento a Instituição/Organização das normas administrativas que regulam a execução de Termo de Colaboração com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.

II. A Instituição/Organização obriga-se a:

- a) Executar direta ou indiretamente, nos termos da legislação Pertinente, a atividade necessária à consecução objeto a que alude este Termo de Colaboração, conforme previsto no Edital e seus anexos, observando sempre os critérios de qualidade técnica, os custos e os prazos previstos;
- b) Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente Termo de Colaboração, não sendo permitido empréstimo de recursos entre contas de outro Termo de Colaboração;
- c) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município;
- d) Prestar contas dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Décima deste instrumento, junto com o Relatório de Execução dos Trabalhos, bem como com a Prestação de Contas de Convênios: Relação de Pagamentos; Conciliação Bancária, Ofício para Repasse de Recursos, Relatório de Cumprimento do Objeto;
- e) Devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, ao final ou extinção do Termo de Colaboração;
- f) Estar regular, durante a vigência deste Termo de Colaboração, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS, FGTS;
- g) Manter registros, arquivos e controles específicos para os dispêndios relativos ao presente instrumento;
- h) Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente Termo de Colaboração, bem como prestar a estes, todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgar necessário;
- i) Fornecer todas as informações solicitadas pelo Município de São Gonçalo referente ao cumprimento do objeto e à situação financeira do executor;
- j) Abrir conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos deste Termo de Colaboração;
- k) Abrir Conta de poupança citada na Cláusula Nona. item a que deverá receber também os depósitos relativos à movimentação das provisões trabalhistas, quais sejam: provisão para rescisão trabalhista, provisão de décimo terceiro salário, provisão de férias e respectivo 1/3 (um terço) de férias, encargos previdenciários e trabalhistas incidentes nos itens provisionados, outras despesas de caráter trabalhista cuja previsão possa ser realizada;
- l) Movimentar os recursos somente através de Transferência Eletrônica Disponível (TED), Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou cheques, não sendo permitido nenhum pagamento em espécie;
- m) Realizar as despesas para execução do objeto da Parceria expressa no Edital e seus anexos, dentro da vigência deste instrumento;
- n) Recolher documentos comprobatório dos pagamentos do quadro de pessoal, assim como suas contribuições patronais e recolhimentos, para que sejam comprovados seus pagamentos, não sendo

aceitos documentos com emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza e prazo de validade vencido;

o) Conservar atualizada a escrituração contábil dos atos e fatos relativos à gerência e aplicação dos recursos consignados;

p) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, no que diz respeito às despesas de pessoal;

q) Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município a inadimplência da Instituição/Organização em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

r) Enviar ao Município declaração de cada um dos funcionários contratados com recursos provenientes deste Termo de Colaboração, declarando não ser e não ter parentesco com servidor ou empregado público;

s) Enviar mensalmente a relação dos profissionais discriminando a função, em conformidade com o Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do objeto do presente Termo de Colaboração, é decorrente do Convênio nº. 818196/2015, celebrado entre a União por intermédio do Ministério do Esporte – ME e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo e recursos próprios de contra partida, que serão repassados, no período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste Termo de Colaboração, podendo ser prorrogado por igual período, conforme as legislações vigentes, com base no Cronograma de Desembolso constante no Edital e seus anexos, o valor estimado de R\$ _____ (_____).

Parágrafo único. As despesas decorrentes do presente Termo de Colaboração correrão por conta do Programa de Trabalho nº.2029.27.812.2025.2.189, Natureza de Despesa nº.3.3.90.39.00 e/ou 3.3.50.43.00, Fontes nº. 00 e 08 do orçamento do exercício de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos para execução do presente Termo de Convêniodar-se-á conforme o Edital e seus anexos, condicionada à disponibilidade financeira do Município.

Parágrafo único. A primeira parcela será repassada somente após a comprovação da abertura da conta corrente, através de extrato, da mesma demonstrando o saldo inicial igual a R\$0,00 (zero).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O Município de São Gonçalo fará o acompanhamento da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Fic nomeado o servidor José Pedro Gomes Cavalcanti, matrícula 120.381; como gestor deste Termo de Colaboração, através da Portaria nº. 006/2018, que se responsabilizará por:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometem ou possam comprometer as atividades ou metas da Parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei n. 13.019/2014;

Parágrafo único. Por ocasião da Prestação de Contas, o gestor deverá encaminhar para a Seção de Análise e Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Controle Interno, a prestação de contas entregue pela Instituição/Organização, juntamente com o Parecer de Cumprimento do Objeto (feito com base na visita mensal a Instituição/Organização) e Planilha da Relação de Pagamento original.

CLÁUSULA NONA - DO SALDO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os saldos remanescentes, inclusive os obtidos em aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do encerramento ou extinção deste instrumento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela

autoridade competente do Município. Tal devolução deverá ser feita, através de GA, emitida pela Prefeitura, juntamente com os Extratos Bancários com saldos zerados das contas existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Instituição/Organização deverá apresentar, mensalmente, a Prestação de Contas composta da documentação especificada nesta Cláusula referente à parcela liberada, e assim sucessivamente para liberação da parcela posterior.

1º A Prestação de Contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às normas do Município de São Gonçalo, devendo constituir-se de elementos que permitam ao gestor avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, e dos Seguintes documentos:

- a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela Instituição/Organização, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Cópia do Plano de Trabalho;
- d) Relatório de visita in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- e) Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração;
- f) Cópia xerográfica dos documentos fiscais de pagamento (notas fiscais, Recibo de Pagamento a Autônomo RPA, guias de recolhimento, etc.), contendo a quitação bancária e ou carimbo de "RECEBEMOS", assinado e datado pelo fornecedor;
- g) cópia xerográfica dos comprovantes de Transferência Eletrônica Disponível (TED), Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Cheque;
- h) relação dos funcionários beneficiados pelo INSS, FGTS, PIS, vale transporte e sindicato, quando for o caso;
- i) relação de pagamentos efetuados com os recursos repassados pelo Município, no período de referência da prestação de contas;
- j) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
- k) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver;
- l) Conciliação do saldo Bancário;
- m) As despesas relativas ao mês do encerramento do Termo de Colaboração deverão ser pagas até a data do seu vencimento de cada despesa (no mês seguinte) sem a necessidade de formalização de termo aditivo.

2º Os comprovantes de pagamento do quadro de pessoal, assim como seus encargos sociais, deverão ser emitidos em nome da Instituição/Organização devidamente identificados com o número do Termo de Colaboração e mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da Prestação de Contas do Município de São Gonçalo, pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão.

3º Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução do Termo de Colaboração e/ou inadimplência nas prestações de contas será sustada a liberação da parcela a ser transferida e deverá o Município notificar a Instituição/Organização para saná-las, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que o Município possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

4º O Município terá como objetivo apreciar a prestação final de contas apresentada, no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que devidamente justificado.

5º A Instituição/Organização está obrigada a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término de vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder 1 (um) ano, caso contrário sofrerá as sanções previstas no art. 73, da Lei n. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS VEDAÇÕES

O Termo de Colaboração deverá ser executado em estrita observância as cláusulas avançadas e às normas pertinentes, sendo vedado:

- a) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto previsto
- b) Pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, funcionários de outro Termo de Colaboração, com recursos vinculados a parceria;
- c) Alterar a previsão do Plano de Trabalho sem antes submeter à apreciação do Município;
- d) Realizar despesas acima do previsto no Plano de Trabalho (Custeio com despesas administrativas, recursos materiais e outros serviços).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A Instituição/Organização compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

- a) Quando não for executado o objeto pactuado;
- b) Quando não for apresentada, no prazo exigido, a Prestação de Contas parcial ou final;
- c) Quando não for aprovada a Prestação de Contas;
- d) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Colaboração.
- e) Quando ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica expressa a prerrogativa do Município de conservar a autoridade normativa e exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do mesmo, nos casos de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGENCIA

O presente Termo de Colaboração terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, conforme o Edital de Chamamento Público e seus anexos.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Colaboração poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por solicitação da Instituição/Organização, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo previsto no caput desta Cláusula, desde que aceita pelo Município, conforme previsto no art. 55, da Lei n. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Colaboração, pela Instituição/Organização, poderá, garantida a prévia defesa, ocasionar a aplicação das sanções previstas no art. 73, da Lei Federal nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na Lei n. 13.019/2014 e suas alterações através da Lei n. 13.204/2015, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

1º A manifestação do Interesse de rescisão do Termo de Colaboração deverá ser comunicada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

2º Constitui-se motivo para rescisão deste Termo de Colaboração, o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações;

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Edital e seus anexos.
- b) Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações;

c) Falta de apresentação da Prestação de Contas, no prazo estabelecido deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do seu término e desde que aceita pelo ordenador da despesa, em comum acordo entre os partícipes, não podendo haver mudança de Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste Termo de Colaboração, no Diário Oficial do Município, será providenciada pelo Município de São Gonçalo até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, os partícipes elegem o foro da Comarca de São Gonçalo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo, ____ de _____ de 2018.

JOSÉ LUIZ Nanci E/OU PROF. JOAQUIM DE OLIVEIRA
PREFEITO E/OU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

INSTITUIÇÃO/ORGANIZAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____